

Andrea Salles

# Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

---

Viabilidade da  
Recuperação Judicial  
com Base em Plano Especial?

Editora Lumen Juris  
Rio de Janeiro  
2020

Copyright © 2020 by Andrea Salles

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Categoria: Direito Empresarial e Comercial

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

1176822

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

SA168m

Salles, Andrea

Microempresas e empresas de pequeno porte : viabilidade da recuperação judicial com base no plano especial? / Andrea Salles. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

212 p. : il., gráficos ; 21 cm.

Bibliografia : p. 167-182.  
Possui anexo.

ISBN 978-65-5510-054-9

1. Falência. 2. Insolvência civil. 3. Recuperação judicial.  
4. Sociedades comerciais - Recuperação - Brasil. 5. Sociedades comerciais - Reorganização - Brasil. I. Título.

CDD 346

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Introdução.....	1
1. Contexto da Lei Falimentar e das Pequenas Empresas no Brasil .....	7
1.1 Breve contexto do instituto da falência .....	8
1.1.1 Surgimento do Direito Falimentar no Brasil.....	10
1.1.2 O Decreto-Lei nº 7.661/1945 .....	11
1.1.3 A Lei nº 11.101/2005.....	15
1.2 Breves aspectos da insolvência civil.....	20
1.2.1 Tratamento da insolvência na legislação estrangeira ....	21
1.2.2 Insolvência civil no Novo Código de Processo Civil.....	24
1.2.3 Necessidade de unicidade do regime de insolvência no Brasil .....	28
1.3 Contexto das pequenas empresas no Brasil.....	30
1.3.1 O contexto político-econômico a partir do século XV .....	30
1.3.2 Contexto político-econômico no Brasil.....	34
1.3.3 Contexto das micro e pequenas empresas brasileiras....	39
2. Princípio da Preservação da Empresa e Legislação Falimentar.....	47
2.1 Princípio de preservação da empresa .....	48
2.2 Legislação comparada falimentar.....	51
2.2.1 Legislação alemã .....	53

2.2.2 Legislação estadunidense.....	58
2.2.3 Legislação francesa.....	65
2.2.4 Legislação italiana .....	68
2.2.5 Legislação portuguesa.....	70
2.2.6 Legislação brasileira .....	74
3. Recuperações e Falência.....	81
3.1 Regras comuns à recuperação judicial e à falência.....	83
3.1.1 Quem está sujeito ao sistema falimentar ou pode beneficiar-se dele? .....	84
3.1.2 Onde tramitam os procedimentos? .....	85
3.1.3 Quais são os órgãos atuantes? .....	86
3.1.4 Como ocorre a verificação dos créditos?.....	86
3.2. Recuperação judicial .....	91
3.2.1 Quem pode pleitear?.....	91
3.2.2 Quais credores se sujeitam?.....	92
3.2.3 Como ocorre o processamento do pedido?.....	93
3.2.4 Quais meios de recuperação podem ser indicados no plano? .....	94
3.2.5 O que é necessário para a concessão da recuperação judicial?.....	96
3.2.6 Quando ocorrerá a convolação em falência? .....	98
3.3 Recuperação extrajudicial.....	99
3.3.1 Quem pode pleitear? .....	99
3.3.2 Quais credores se sujeitam? .....	100
3.3.3 Como ocorre o processamento do pedido?.....	100

3.4 Inevitabilidade da falência .....	101
3.4.1 Quem pode pleitear falência? .....	103
3.4.2 Como ocorre a fase pré-falimentar? .....	104
3.4.3 Quais são os efeitos da falência? .....	105
3.4.4 Quais são os procedimentos incidentais? .....	108
3.4.5 Como os créditos são classificados? .....	110
3.4.6 Como se realizam o ativo e o pagamento do passivo? .....	111
3.4.7 Inabilitação e extinção das obrigações.....	112
4. A Recuperação Judicial com Base em Plano Especial.....	115
4.1 Quem pode pleitear? .....	117
4.2 Quais credores se sujeitam? .....	120
4.3 Como ocorre o processamento do pedido? .....	123
4.4 Quais meios de recuperação podem ser indicados no plano?.....	125
4.5 O que é necessário para a concessão da recuperação judicial simplificada? .....	131
5. Aplicabilidade da Recuperação Judicial Simplificada.....	137
5.1 Impacto econômico, aplicabilidade e eficácia do instituto.....	138
5.2.1 Imperioso tratamento unificado da insolvência.....	143
5.2.3 Desjudicialização e recuperação simplificada .....	149
Considerações Finais .....	159
Referências .....	167
Anexo de Figuras.....	183